



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12078 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

**POSSÍVEIS CONEXÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA SINDICAL DOCENTE NA BAHIA.**

Almeridiane Andrade Santos Ribeiro - UFRB

Alex Verdério - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

**POSSÍVEIS CONEXÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA SINDICAL DOCENTE NA BAHIA**

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho está inscrito nos debates pertinentes ao Grupo de Trabalho (GT) 26 – Educação do Campo da vigésima sexta edição do Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN) e tem por objetivo delinear reflexões iniciais sobre possíveis conexões entre a Educação do Campo e a luta sindical docente na Bahia, dando base para a proposição de um processo sistemático de formação de educadoras/es do campo no contexto de sua inserção sindical.

Esta proposição de estudo e aprofundamento foi acolhida como temática para elaboração de trabalho de conclusão de curso no Mestrado Profissional de Educação do Campo, ofertado no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Num primeiro momento são apresentados alguns pontos de análise sobre a luta por uma Educação do Campo no Brasil, buscando possíveis conexões com a luta sindical docente na Bahia, em especial, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação nas Redes Públicas Estadual e Municipais do Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio do Estado da

Bahia (APLB-Sindicato). Na sequência é verificada a aderência desta temática ao Mestrado Profissional em Educação do Campo e por fim, são delineados alguns dos horizontes de estudo e de proposição da formação de professoras/es do campo no contexto da APLB-Sindicato.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A Educação do Campo, na última quadra histórica tem se consolidado como importante espaço de articulação, luta, reivindicação e construção de uma educação de perspectiva contra hegemônica, voltada à transformação social e à emancipação humana. Uma das frentes que denotam tal perspectiva é a da luta no âmbito das políticas educacionais, pois de um lado tem-se o direcionamento “[...] de um modelo de educação universalista, que não leva em consideração as características e realidades dos diversos sujeitos nem a heterogeneidade que constitui esse espaço” (CARMO et al., 2016, p. 150), enquanto a luta por uma Educação do Campo afirma-se justamente nas especificidades e na diversidade que constituem os povos trabalhadores do campo, das águas e das florestas no Brasil.

Assim, a Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos sociais e pelas/os trabalhadoras/es do campo e visa um novo projeto de sociedade, com mais igualdade e garantia de direitos para todas/os. Cabe ressaltar que

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 259, grifos da autora).

Foram necessários vários encontros para discutir e organizar a proposta de Educação do Campo. De acordo com Arroyo e Fernandes (1999) a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo ocorreu em 1998, no estado de Goiás e teve a participação de muitos/as educadoras/es do campo e várias organizações, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UnB). A partir da articulação estabelecida entre essas organizações e dos desafios relacionados à educação das populações do campo, das águas e das florestas, percebe-se que a luta precisava ter maior organicidade, por isso, foi constituída a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo (ANEC). Assim, de acordo com Arroyo e Fernandes (1999),

com a realização de diversas reuniões foram sendo encaminhadas algumas iniciativas, tais como: a organização da coleção de livros Por uma Educação do Campo (com a publicação de sete volumes até 2008); o acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação (PNE); e a organização e a realização de Seminários Estaduais e Regionais sobre Educação do Campo a partir do impulso da I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, realizada em 1998.

Considerando esse processo que incidiu na afirmação da Educação do Campo na agenda educacional brasileira, esta “se tornou referência à prática educativa, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares” (TAFAREL et al., 2010, p. 15).

Já em 2010, a luta por uma Educação do Campo dá sustentação e passa a ser articulada com a constituição do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), que

[...] caracteriza-se, antes de tudo, como uma articulação dos sujeitos sociais coletivos que o compõem, pautados pelo princípio da autonomia em relação ao Estado configurado em qualquer uma que seja de suas partes. Não obstante, essa autonomia não impede que participem como membros efetivos do Fórum: institutos de educação e universidades públicas e outros movimentos/entidades que atuam na educação do campo, bem como na condição de convidados, órgãos governamentais cuja função é pertinente à Educação do Campo (FONEC, 2010, p. 1).

De acordo com Verdério (2018, p. 70), “com a constituição do FONEC, a luta por uma Educação do Campo busca afirmar sua autonomia em relação ao Estado, às instituições e aos organismos multilaterais, diferentemente do que havia se configurado na ANEC”.

A partir de 2020, no aprofundamento de sua organização o FONEC assume quatro frentes de trabalho, sejam elas: Frente das Escolas do Campo, Frente das Licenciaturas em Educação do Campo, Frente do PRONERA e Frente dos Institutos Federais.

Com essa compreensão e com tais encaminhamentos organizativos a luta por uma Educação do Campo no Brasil, constitui-se na

[...] articulação de diversos sujeitos comprometidos com a educação dos povos trabalhadores do campo [...], tendo como elemento central os sujeitos a que se refere como protagonistas na proposição e na realização de uma educação que atenda seus interesses e, estando conectada a processos educacionais contra-hegemônicos, se coloca na perspectiva da transformação social e da emancipação humana. [...] a luta por uma Educação do Campo parte da própria diversidade dos sujeitos trabalhadores do campo [...] e das práticas e perspectivas educativas forjadas nas lutas sociais de tais sujeitos. A luta por uma Educação do Campo se faz diversa na unidade de classe. Não é homogênea e nem uniforme, mas possui uma materialidade de origem que a identifica e lhe confere unidade (VERDÉRIO, 2018, p. 66-67).

Por sua vez, a APLB-Sindicato, coloca-se como importante instrumento de luta das/os trabalhadoras/es da educação e assume dentre seus objetivos: “promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de trabalhadores assalariados do campo e da cidade [...]”; e “lutar pela reforma agrária anti-latifundiária, sob o controle dos trabalhadores e por outras iniciativas populares e progressistas [...]” (APLB-SINDICATO, 2013, p. 1). De maneira geral, esses dois objetivos, destacados do documento basilar da APLB-Sindicato, também estão colocados como pontos latentes, que se agregam e sustentam a luta por uma Educação do Campo no Brasil, o que aponta para conexões tangíveis entre os processos desencadeados na luta por uma Educação do Campo e a luta sindical docente. Nesse contexto, de possíveis conexões, a organização sindical das/os professoras/es na Bahia tem sido desafiada a voltar-se para o debate sobre Educação do Campo. Essa demanda, se expressa de maneira especial no município de Jaguaripe – BA, com destaque para a vinculação de professoras/es que atuam nas Comunidades Capão I e Capão II à APLB-Sindicato.

Na trajetória da APLB-Sindicato, verifica-se um processo contínuo de articulação, mobilização e formação das/os trabalhadoras/es da educação que constituem sua base sindical. A exemplo disso, nos anos de 2018 e 2019 foi realizado o curso de formação sindical modular que é tido como referência para a proposição da formação em Educação do Campo que integra a presente proposta investigativa e de trabalho. Isso aponta para a potencialidade de ampliação e aprofundamento do processo formativo e também do debate e da luta por uma Educação do Campo no interior da APLB-Sindicato.

Aqui cabe destacar a aderência dessa temática ao Programa de Pós Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO) da UFRB que oferta o curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo, no regime de alternância, com o objetivo de:

[...] qualificar a atuação dos profissionais nas redes públicas de ensino (professores/as, gestores/as e coordenadores/as), bem como, os articuladores/as dos movimentos sociais e sindicais do campo na área de educação, de forma a contribuir com a implementação do projeto de Educação do Campo delineado a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, 03/04/2002) e da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352, 04/11/2010) (UFRB, 2018, p. 2).

O PPGEDUCAMPO está organizado em três linhas de pesquisa: Linha 1 – Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo; Linha 2 – Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação; e Linha 3 – Cultura, Raça, Gênero e Educação do Campo.

Considerando a proposição que sustenta o PPGEDUCAMPO e o perfil de seu Mestrado Profissional verifica-se a potencialidade da elaboração do trabalho de conclusão de curso sobre as possíveis conexões entre a Educação do Campo e a luta sindical docente na Bahia, numa perspectiva contra hegemônica e que sustente um processo sistemático de

formação das/os professoras/es das escolas do campo no âmbito da ação sindical.

Para tanto, para sustentar a elaboração do produto final do Mestrado Profissional em Educação do Campo, de maneira preliminar, no sentido de aprofundar a reflexão sobre a conexão entre a ação sindical da APLB-Sindicato e a luta por uma Educação do Campo, tem-se por objetivos:

- i. compreender a visão dos educadores do Capão I e Capão II, em Jaguaripe – BA, no que diz respeito à formação de professoras/es que trabalham em escolas do campo;
- ii. analisar a educação brasileira em consonância com os elementos constituintes da luta por uma Educação do Campo no Brasil, considerando os desafios e possibilidades da perspectiva contra-hegemônica;
- iii. elaborar, juntamente com as/os educadoras/es do Capão I e Capão II e com a APLB-Sindicato uma proposta de formação pedagógica sobre Educação do Campo; e
- iv. entender a importância da formação de educadoras/es do campo, dentro de uma perspectiva contra-hegemônica e das lutas sindicais.

Considerando esses quatro objetivos elencados e no lastro da pesquisa proposta, coloca-se ainda como possibilidade a elaboração, a partir da ação da APLB-Sindicato, de um plano de formação para as/os educadoras/es que atuam nas Comunidades Capão I e Capão II do município de Jaguaripe – BA. A formação poderá ser organizada em módulos, tendo como possibilidade a contribuição de egressas/es e docentes do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, contando ainda com o auxílio de materiais de estudo que discutam a Educação do Campo. A metodologia da formação será desenvolvida com base nas proposições da APLB-Sindicato e das/os professoras/es das Comunidades.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa construção, afirmada nas possíveis conexões entre a Educação do Campo e a luta sindical docente na Bahia e que foi acolhida dentro do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, mantém diálogo direto com o objetivo do Programa, pois aponta para a possibilidade na implementação do projeto de Educação do Campo delineado no marco normativo e na luta por uma Educação do Campo no Brasil.

Assim, considera-se que a conexão entre a Educação do Campo e a ação sindical da APLB-Sindicato possa incidir por meio da formação e da articulação de profissionais da educação nas redes públicas estadual e municipais da Bahia, com especial destaque para as/os educadoras/es que atuam nas escolas no/do campo.

## REFERÊNCIAS

APLB-Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação nas Redes Públicas Estadual e Municipais do Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio do Estado da Bahia. **Estatuto**. 2013. Disponível em: <https://aplbsindicato.org.br/estatuto/>. Acesso em: 01 set. 2022.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica, 1999. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2).

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-272.

CARMO, Eraldo Souza do et al. Educação do Campo: concepções e teorias contra hegemônica. In: **MARGENS - Revista Interdisciplinar**. Dossiê: Formação Docente. Abaetetuba – PA, v.10, n. 14, Jun 2016. p. 149-167. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/4254/4126>. Acesso em: 01 set. 2022.

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo. Carta-Compromisso pela criação do FONEC. Brasília, 2010. In: SANTOS, C. A. dos; KOLLING, E. J.; ROCHA, E. N.; MOLINA, M. C.; CALDART, R. S. **Dossiê Educação do Campo: documentos 1998 – 2018**. – Brasília: Editora Unb, 2020. Disponível em: [https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossie\\_Educacao\\_do\\_Campo\\_Ebook-1.pdf](https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossie_Educacao_do_Campo_Ebook-1.pdf). Acesso em: 01 set. 2022. p. 260-263.

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo. **Página oficial do FONEC na internet**. 2022. Disponível em: <https://fonec.org/>. Acesso em: 01/09/2022.

TAFAREL, Celi Nelza Zulke et al. Introdução. In: TAFAREL, Celi Nelza Zulke et al. (orgs.). **Cadernos Didáticos sobre Educação no Campo**. Salvador: EDITORA, 2010. Disponível em : <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/cadernodidaticosobreeducacampo-130409224537-phpapp02.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. PPGEDUCAMPO – Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo. **Regimento interno do Curso de Mestrado**

**Profissional em Educação do Campo.** Amargosa: UFRB, 2018. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/doc-base-legal>. Acesso em 01 set. 2022.

VERDÉRIO, Alex. **A pesquisa em processos formativos de professores do campo: a Licenciatura em Educação do Campo na UNIOESTE (2010 – 2014).** 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/59470>. Acesso em 01/09/2022.